



Mulheres em marcha: pela natureza, territórios e soberania popular!

Feminismo popular para defender a natureza

Ao longo da trajetória da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, muitas lutas vêm sendo realizadas para defender os territórios, a vida e os corpos das mulheres. Na nossa visão, essas são lutas permanentes, pois a dominação dos territórios e o controle dos corpos das mulheres são fundamentais para que o sistema capitalista patriarcal e racista se sustente. Quando falamos do tema da natureza e do clima isso não é diferente: a natureza é vista como fonte de riquezas para explorar, enquanto as mudanças climáticas causadas pelo modo de produção capitalista são vistas como oportunidade para lucrar ainda mais, através da dita “Economia Verde”.

No nosso movimento, fomos construindo reflexões com base nas nossas práticas e alianças na luta pela transformação do mundo. Nossa elaboração política envolve muitos temas, entre eles, a natureza, os bens comuns e o clima, que sempre estiveram presentes nas nossas formulações como MMM e na nossa participação na Marcha das Margaridas desde o início, nos anos 2000. Nos anos seguintes continuamos aprofundando a crítica aos megaprojetos que destroem a natureza e ameaçam a vida das pessoas no entorno. Na luta vitoriosa contra a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, em 2005, denunciávamos que não queríamos um neoliberalismo “melhorado” e sim outro modelo econômico, de liberdade e igualdade, pautado na relação harmônica que os povos possuem com seus territórios.

Na construção da soberania alimentar e energética, em aliança com outros movimentos, a discussão sobre clima e natureza também esteve presente. Criticamos a mercantilização da natureza, a privatização dos bens comuns, como a água, e defendemos a agroecologia. Um momento importante para essas reflexões foi o Encontro Nacional de Mulheres em Luta por Soberania alimentar e Energética, em 2008.

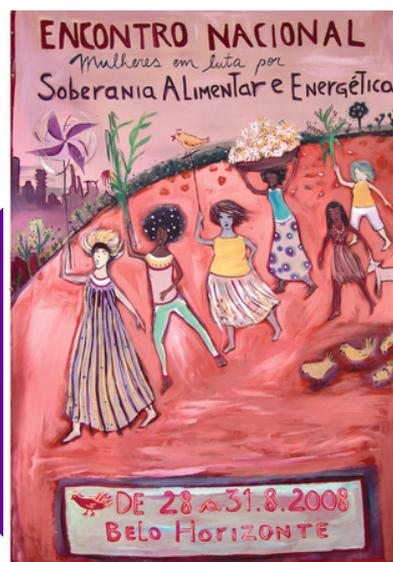


Foto: Arquivo SÓF

O poder corporativo tenta barrar nossas lutas que constroem um caminho de transformação real para uma economia que considere a vida no centro e não o lucro. Essa perspectiva de crítica às corporações ganhou ainda mais força no nosso movimento a partir da nossa Ação Internacional de 2010, quando a mercantilização da natureza e a crítica às falsas soluções passaram a fazer parte do nosso 4º campo de ação “Bens comuns e serviços públicos”.

Nossa participação na construção das Cúpulas dos Povos junto a outros movimentos e organizações são exemplos do nosso esforço em construir lutas contra as falsas soluções do sistema capitalista. Esses espaços fazem oposição aos eventos de debates da ONU, como as Cúpulas do Clima. Nos organizamos em “contra-cúpulas”, porque sabemos que nesses eventos oficiais não há lugar para a nossa concepção política e que eles estão cada vez mais cooptados pelas empresas transnacionais, sem possibilidade de negociação.

A partir de nossas práticas e debates, percebemos as tentativas do capitalismo em roubar nossas pautas de luta, usando uma “maquiagem verde e lilás”.

Maquiagem verde são ações das empresas para parecerem sustentáveis. É comum que grandes empresas que têm atividades com grande impacto ambiental façam peças de propaganda ou campanhas de “responsabilidade ambiental”, afirmando que se preocupam com a redução de seus impactos. No entanto, essas ações têm nenhum ou pouco impacto ambiental positivo frente à destruição que causam.

Maquiagem lilás são ações com caráter publicitário para transmitir a ideia de que as empresas praticam a justiça de gênero. Essas ações vão desde a promoção de cursos de profissionalização para mulheres até o uso de imagem daquelas que ocupam cargo de poder. Na prática, são iniciativas que não mudam a vida das mulheres em seu conjunto, que são o grupo social mais afetado pelos projetos dessas mesmas empresas.

Durante a pandemia de covid-19, a solidariedade, um princípio da nossa organização feminista, esteve presente nas nossas práticas cotidianas. Em todo esse processo, colocamos nossa visão de que a pandemia é resultado do modelo insustentável de produção e consumo global, do agronegócio que desmata, destrói a natureza e altera os habitats naturais e as condições de vida das populações, com consequências na saúde em escala mundial. Por isso, construímos alternativas imediatas e coletivas, como as cozinhas e hortas comunitárias, como parte nossa prática feminista e popular de resistência.

Agora, ao final de 2023, demos o pontapé, junto com os demais movimentos, organizações, redes e sindicatos, à organização da nossa Cúpula dos Povos paralela à COP 30[1], que será realizada em Belém, em 2025. Ao longo dos próximos dois anos, trabalharemos nessa articulação para dar seguimento à nossa agenda com base na memória e alianças construídas ao longo da nossa história.

Destacamos também nosso posicionamento sobre o Plano de Transformação Ecológica do Governo Federal (2023)[2], construído coletivamente na MMM para expressar nossa visão crítica à Economia Verde e pautar as nossas alternativas antissistêmicas a esse modelo exploratório. Consideramos que a realização dessas ações são importantes para a construção da justiça socioambiental e da garantia da soberania dos povos sobre suas vidas e territórios.

Tempo e trabalho em debate

Afirmamos que o modo de produzir e o funcionamento da sociedade capitalista patriarcal e racista é incompatível com a vida. Desejamos transformar as relações de trabalho, entre as pessoas e com os territórios. Atualmente, temos que colocar cada vez mais nosso tempo à disposição do capital para conseguir dar conta de manter a vida.

Quais são os tipos de trabalho que consideramos necessários, quais queremos construir e quais devem acabar? São perguntas que devemos fazer e debater coletivamente. O agronegócio e a indústria bélica que lucra com guerras e massacres são setores que não servem para nada na vida das pessoas.

[1] [Movimentos sociais rumo à Cúpula dos Povos da COP 30](#) ✨

[2] [Posicionamento da Marcha Mundial das Mulheres sobre o Plano de Transformação Ecológica do Governo Federal \(2023\)](#) ✨

Os trabalhos de cuidados que necessitamos durante toda nossa vida, não só quando somos crianças, idosos ou estamos doentes precisam ser muito mais valorizados, eles são cruciais e costumam ser realizados exclusivamente pelas mulheres devido à divisão sexual do trabalho. É por isso que um dos princípios da nossa concepção de Economia Feminista é o fim da divisão sexual do trabalho: para que os trabalhos essenciais à vida não recaiam apenas sobre as mulheres, mas que sejam responsabilidade também dos homens como grupo social e do Estado.

A relação entre trabalho e crise climática tem também outro aspecto: sabemos que as consequências das mudanças do clima geram empobrecimento das populações e maior sobrecarga de trabalho para as mulheres. No Brasil, temos exemplos recentes no Sul e no Norte do país. Em Santa Catarina, a população ficou debaixo d'água com as enchentes, as mulheres tiveram suas vidas destruídas e, na mídia, isso é tratado como algo natural, com um discurso de que foi a "natureza" que destruiu.

Na Amazônia, a seca dos rios afetou o transporte náutico e a população passou a precisar atravessar quilômetros a pé para ir ao trabalho, à escola, a seca alterou o tempo da vida das pessoas. Isso se dá devido ao racismo ambiental, que faz com que as populações que já são mais vulneráveis sejam as que mais sofrem com os problemas ambientais, como o deslizamento de encostas ou as enchentes nas áreas de risco nas periferias. Nestes contextos de crise, é o trabalho de cuidados das mulheres que é solicitado para cuidar das pessoas e reerguer as comunidades.



Foto: Natalia Blanco



Foto: Flickr/MMM

As mulheres e a natureza não são mercadoria

A nossa construção de luta passa pelo questionamento do consumismo imposto pelo capitalismo e a reivindicação da diversidade de modos de vida, práticas e tempos e a defesa dos comuns. “Comum” significa abundância e coletividade. Olhamos para nossa biodiversidade e as relações que as comunidades tradicionais constroem junto como saída para a falsa diversidade dos produtos alimentícios baseados na soja e no milho transgênico do agronegócio.

Também encontramos nos modos capitalistas de “preservar” a natureza algumas armadilhas. Há uma ideia muito divulgada de que preservar a natureza é cercar para que ninguém possa destruí-la. Somos contra essa visão que coloca a natureza como “intocável”. Quem defende essa ideia costuma divulgar que o jeito de cuidar da natureza é mantê-la isolada em um parque.

Na verdade, quem trabalhou e trabalha nos cuidados para que os biomas continuem existindo são as comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e da agricultura agroecológica. Portanto, a criação de unidades de conservação separadas e privatizadas exclui e criminaliza as práticas das comunidades que mantiveram e mantêm esses territórios com tanta vida. Cercar as florestas é uma forma de empurrar as pessoas que sempre cuidaram de seu território para as chamadas **zonas de sacrifício**, enquanto os parques se tornam territórios de lazer pago que só podem ser desfrutados por visitantes e turistas.

Zonas de sacrifício são áreas escolhidas para concentrar a contaminação ambiental, geralmente em territórios de populações tradicionais ou comunidades mais vulnerabilizadas que ficam expostas aos danos gerados pelas empresas.



Foto: Blog/MNIM

As mulheres dos povos tradicionais são guardiãs da memória e da história de seus territórios. É preciso fortalecer os processos das mulheres na recuperação de memórias, na troca coletiva de saberes e solidariedade para seguir construindo a biodiversidade.

Como principais responsáveis pela sustentabilidade da vida, as mulheres são as principais conhecedoras dos modos de uso das plantas, quando e em qual proporção usá-las. Os cuidados que realizam com seus conhecimentos tradicionais, como benzedeadas, como raizeiras, se contrapõem à lógica de medicalização da vida imposta pela indústria farmacêutica, respeitando o tempo de regeneração do corpo e do efeito das ervas.



Foto: Natalia Blanco

Nossos caminhos no presente

A defesa dos comuns e da natureza segue presente nos nossos debates e, sobretudo, nas nossas estratégias como movimento: enraizamos nossas lutas nos territórios, onde construímos alianças, resistências e alternativas concretas ao modelo capitalista patriarcal e racista. Nesse sentido, alguns dos nossos caminhos construídos atualmente são:

- **Defender nossos territórios**, lutar pela reforma agrária e demarcação de territórios quilombolas, indígenas e das comunidades tradicionais. Reivindicamos também os territórios “aquilombados”, isto é, espaços de resistência urbanos, como as escolas de samba, os terreiros, as ocupações e as cozinhas comunitárias. A cidade também produz agricultura urbana, não é só recepção de alimentos. As mulheres estão produzindo agricultura agroecológica em diversos territórios, retomando a conexão com a terra e o tempo da natureza. Temos experiências concretas e precisamos ampliá-las.
- **Imaginar futuros e criá-los**, defender a reorganização do trabalho para colocar a vida no centro, repensar quais tipos de trabalho são necessários para que a vida exista. Imaginar outras formas de futuro também nas cidades, reconectando e defendendo a natureza nas áreas urbanas. Usar nossa criatividade e energia para criar alternativas que permitam repensar a forma de funcionamento da sociedade.
- **Construir sínteses e comunicação** para disputar a sociedade, os espaços de decisão e contrapor as ideias capitalistas divulgadas pela mídia e empresas normalmente nomeadas como “emergência climática” ou “crise climática”: ideias que propagam medo e uma sensação de urgência entre as pessoas, mas não constroem a vontade de ação para mudar o mundo. Precisamos fortalecer as construções dos movimentos sociais sobre este tema que sejam compreensíveis para as pessoas em geral, desconstruindo a ideia de que esse é um “assunto de especialistas”.

Foto: Flickr/MMM



Dezembro de 2023

Este folheto foi elaborado pela equipe da SOF a partir de uma síntese da oficina nacional “Mulheres em marcha: natureza, territórios e soberania popular”, realizada pela Marcha Mundial das Mulheres em novembro de 2023. Crédito das fotos: Elaine Campos e Natália Blanco. Esta publicação contou com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da SOF e não representa necessariamente a posição da FRL. Este material possui a licença Creative Commons de “Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas” (BY-NC-ND).

Contato: <https://www.sof.org.br/>

Realização



Apoio

